



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SMDS
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA

Nº. 15/2026

Aos dez dias do mês de junho de dois mil e vinte seis, às treze e trinta horas, reuniram-se para Assembleia Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Porto Alegre, nas dependências da Secretaria Municipal de Inclusão e Desenvolvimento Humano – SMIDH, Av. João Pessoa, 1105 – Farroupilha – Porto Alegre, sob a coordenação de **CAROLINA AGUIRRE DA SILVA**, e na presença dos:

CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL:

Andréia Brito Gilli, **Comunidade Evangélica de Porto Alegre – Cepa**
Bruna Fernandes da Silva, **Associação Cristã de Moços do RS – ACM**
Carolina Aguirre da Silva, **Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente**
João Batista Machado da Rocha, **Fundação O Pão dos Pobres**
Lucas de Campos Ribeiro, **Instituto Pobres Servos da Divina Providência – Calábria**
Maria Alice Goulart Silva da Silva, **Associação Amigos da Restinga**
Nicolas Souza, **ASAFOM**
Paulo Francisco da Silva, **Pequena Casa da Criança**
Priscila Balestrin, **Parceiros Voluntários**
Rosana Fernandes Nunes, **Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Porto Alegre, APAE/Porto Alegre**
Vera Regina Boose, **Federação Espírita do RS – FERGS**

CONSELHEIROS DO GOVERNO:

Adriana Paz e Tarsila Crusius, **Secretaria Municipal de Educação - SMED**
Denise Zulmira, **Secretaria Municipal de Saúde – SMS**
Guilherme Fagner da Silva Pereira, **Secretaria Municipal de Governança Cidadã e Desenvolvimento Rural – SMGOV**
Nicolas Vaz, **Secretaria Municipal de Esporte e Lazer – SMEL**
Mariana Santos de Azevedo, **Secretaria Municipal de Inclusão e Desenvolvimento Humano – SMIDH**
Sônia Rejane dos Santos Vieira, **Secretaria Municipal da Fazenda – SMF**

DEMAIS PRESENTES:

Jennifer e Isabele, **estudantes de Psicologia/UFRGS**

Viviane Anchieta, **Administrativo SMIDH;**

Sandro Ribeiro, **Taquígrafo – TG Taquigrafia.**

PAUTA:

1. Abertura;

2. Informes e demais encaminhamentos;

3. Comissões: Comissão Executiva, Comissão de Registros, Comissão de Políticas e Comissão de Finanças.

Após a conferência de quórum foram abertos os trabalhos:

1. ABERTURA

2. INFORMES E DEMAIS ENCAMINHAMENTOS:

Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc

(Topogigio) – Presidente: Então, boa tarde, pessoal. Vamos iniciar mais uma reunião. Hoje

conosco nós temos duas estudantes de psicologia. E aí eu queria que vocês se apresentassem,

por favor, depois a gente faz a nossa rodada de apresentação. **Isabele, Estudante de Psicologia**

da UFRGS: Boa tarde, eu sou a Isabele e sou estudante de psicologia da UFRGS. Eu e a minha

colega estamos no terceiro semestre e viemos por causa do trabalho de uma cadeira que temos

que é Políticas Públicas Aplicada à Psicologia. **Jennifer, Estudante de Psicologia da**

UFRGS: Meu nome é Jennifer. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento**

Integrado Morro da Cruz – CAIMC – Presidente: Então pessoal, a gente vai fazer uma

rodada de apresentação, e aí vamos dizer o nome e o nome da instituição, só para as colegas

poderem saber. [Relação dos presentes na inicial]. **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa**

da Criança: Posso falar um pouquinho, Carol? **Carolina Aguirre da Silva, Centro de**

Atendimento Integrado Morro da Cruz – CAIMC – Presidente: Pode, por favor, eu ia falar

sobre o conselho. **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança:** Então o CMDCA, o

conselho aqui é composto por 21 cadeiras. São 14 da sociedade civil, de atendimento direto,

aquelas instituições que trabalham com a criança direta, que têm um serviço de projetos, e

atendimento indireto, aquelas que trabalham com assessoramento, pesquisa, formações, tipo a

Parceiros Voluntários. Vai ser a questão de capacitações, formações para as organizações que

trabalham com as crianças. Então são 21 cadeiras, mas aqui vocês viram que na apresentação

são três comissões fixas. Comissão de Registro, que foi apresentada, acolhe os documentos para

o registro de novas organizações. Então, para funcionar regularmente tem que ter o registro aqui

quem trabalha com criança de assistência educativa. Também tem a Comissão de Política, que analisa processos de projetos daquelas organizações que querem captar recursos no Fumcriança, que é o fundo aqui do CMDCA, junto com a Secretaria SMIDH. Então, eles analisam. E também junto com a Comissão de Finanças, que olha mais a parte financeira de orçamentos, valores dentro desse projeto de captação. Além disso, tem a outra fixa, a Comissão Executiva, que é a presidência, a Carol, mais a vice, no caso a Natália, e tem mais um representante de cada comissão ou mais nessa executiva, que é para alguns assuntos mais específicos. Então assim é formado o CMDCA. **Vera Regina Boose, Federação Espírita do RS - FERGS:** E o comitê também. **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança:** A Vera está dizendo aqui, lembrando que este ano dentro do CMDCA, tem uma resolução do Conanda, que é o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, que instituiu o CPA em 2014, que é a presença dos adolescentes dentro do conselho. No CMDCA, então formalizamos este CPA, que é o Comitê de Participação de Adolescentes no conselho, e instituímos este ano. Estamos em fase de formação desses adolescentes, estamos com aproximadamente 20 adolescentes que são atendidos nos serviços das organizações que têm registro aqui. Eles vêm uma vez por mês. Vieram na semana passada e agora, na última quarta-feira de junho, eles estarão presentes aqui novamente. É o CPA. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado Morro da Cruz – CAIMC – Presidente:** Sim, obrigada Paulinho. Eu ia fazer esta fala também. Acho que é importante dizer de que o conselho ele é composto pelas secretarias do governo que são indicados os representantes pelo executivo, pelo prefeito, mas também são compostos por instituições da sociedade civil que são instituições de atendimento direto à criança, que executam desde educação infantil, acolhimento institucional, ou instituições de atendimento indireto que fazem assessorias também para as instituições. Com isso, gente, vamos à nossa pauta. Então, eu só vou fazer um resumo das nossas reuniões hoje de manhã. Nós tivemos duas reuniões pela manhã com o Secretário Juliano. Na primeira reunião nós tivemos presença da DMP, Dr.^a Cinara, foi sobre o edital da saúde mental. Nós temos alguns apontamentos quanto secretaria sobre o edital da saúde mental, e aí então foi trazido, vou fazer um resumo só para não as falas propriamente. Foi trazido no resumo de que a gente possa pensar quanto secretaria, conselho e Ministério Público, que já está sendo feito, uma resposta atendendo, na verdade, ou respondendo o que está sendo levantado pelo Tribunal de Contas, para que a gente possa ver as principais questões que eles estão trazendo. Na semana passada eu já falei mais ou menos o que era, então é a própria questão de que no quadro da instituição que foi a vencedora, que no caso

é a ACM, que no quadro os funcionários da psicologia e outras questões ali, e que a gente entende até então de que não é necessário porque a instituição ela acaba fazendo uma contratação desses profissionais pelas clínicas. Então, de uma certa forma, a gente acha até agora de que vai dar certo a nossa forma de responder para poder atender esses itens que estão sendo trazidos. No mais assim, foi bastante questionado e tudo mais, mas foi para isso. A outra questão, daí depois nós tivemos uma outra reunião, uma segunda parte, que foi sobre a eleição do conselho tutelar, que é o ano que vem, mas que precisamos já começar a ver desde agora. A principal questão, eu fiz todo um relato de como que foi a última eleição e o que que precisa de recurso e tudo mais, a principal questão que a gente precisa ver com o secretário e ele ficou de ver é quem é que vai pagar a conta, porque a gente precisa saber mais ou menos de onde vai ser esse dinheiro. A última eleição ela teve uma base de previsão de gastos de 2,5 milhões de reais e aí nós gastamos 1,5 milhão de reais. Então, isso é bom até dizer o que que é esse dinheiro, porque é muito dinheiro. Então, a eleição ela é organizada para em média 600 candidatos e tem todo um preparo, então tem a questão das urnas do TRE, tem o debate que é custo, tem o preparo do pró-cento quanto horas e toda a organização para as urnas, organização do TRE, já é gasto. Tem uma instituição também, uma empresa que foi contratada para fazer todo o armazenamento e também o escritor de eleições de todo o período, que é de quase um ano, o processo aberto, então também teve este gasto. E a própria confecção da prova, tirar xerox da prova, o dia de execução lá nas escolas, então tudo isso tem a função de ter quem é que vai pagar. Também organizamos uma agenda que provavelmente vai ser para a semana que vem para conversar com a PGM sobre o parecer sobre transferência de recurso entre projetos e também sobre o atendimento indireto, que também é o parecer da PGM. Também conversamos sobre a possibilidade de um prazo para implantação e organizar a informação dos anexos sobre o Decreto 23.567. E aí o secretário ficou de ver este retorno se ele é possível flexibilizar ou como que a gente pode organizar. E aí também, outra questão também, o secretário falou sobre o nosso prédio, isso é importante. O que aconteceu? Eu não sei os nomes técnicos, porque ele falou e eu já esqueci. Mas assim, ele disse que para o recurso deste ano não tem dinheiro. Para o recurso do ano que vem, que a base seria mais ou menos o nosso prédio tudo, inclusive computador, é 500 mil reais. Tudo! E aí, então, para o ano que vem ele conseguiria organizar para iniciar em janeiro a obra. **Maria Alice Goulart Silva da Silva, Associação Amigos da Restinga:** Não, construir não, entrar, entrar em janeiro na LOA. **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** A proposta da LOA está sendo enviada

225 agora, está sendo agora. **Maria Alice Goularte Silva da Silva, Associação Amigos da**
226 **Restinga:** Tanto que a Carol perguntou duas vezes: “tá, mas seria a conclusão em 2027?” E eu
227 não ouvi ele dizer sim. Não, ele não disse em nenhum momento que conclui em 2027. **Tarsila**
228 **Crusius, Secretaria Municipal de Educação – SMED:** Desculpa, pelo que eu entendi, tem
229 que colocar na LOA, colocado na LOA faz o edital para a contratação para o início das obras.
230 Tu só consegue fazer a contratação com recurso da LOA, e aí que abre dia 10 de janeiro, por
231 exemplo, aí com isso tu pode fazer pré-empenho, empenho, edital. **Carolina Aguirre da Silva,**
232 **Centro de Atendimento Integrado Morro da Cruz – CAIMC – Presidente:** Sim, ele falou
233 de organizar a parte de documentos de licitação este ano. Ele até conseguiria fazer isso, mas ele
234 só conseguiria começar o processo em janeiro. **Tarsila Crusius, Secretaria Municipal de**
235 **Educação – SMED:** Porque só vamos esclarecer a justificativa do secretário. Como está tendo
236 essa ordem, tem agora um alerta geral que vocês devem estar acompanhando, já faz um mês e
237 meio, de um forte evento de El Niño contratado para o segundo semestre. Então foram, a partir
238 disso, feitas várias restrições de orçamento para reserva para eventuais emergências. Então,
239 entre as restrições, orçamento de todas as secretarias. Então o compromisso do secretário está
240 nesse sentido de iniciar o processo em janeiro já, deixar tudo pronto para iniciar em janeiro
241 porque a LOA só sai dia 10 de janeiro. Aí que pode fazer o pré-empenho para fazer começar o
242 processo para licitação. Eu quero dizer que, inclusive, a corrida da Disney em Porto Alegre foi
243 cancelada, que estava prevista para o mês de agosto. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de**
244 **Atendimento Integrado Morro da Cruz – CAIMC – Presidente:** O Gustavo, quando chegou
245 aqui agora, começou: “Carol, a gente já tem que ir pensando, porque o comitê vai fazer não sei
246 o quê com a proposta de organizar um dinheiro para enchente”. E aí eu disse: “Como assim?”
247 “Talvez a gente possa pensar enquanto conselho já.” E aí eu disse para ele: “Não, não quero
248 pensar nisso”. **Guilherme Fagner da Silva Pereira, Secretaria Municipal de Governança**
249 **Cidadã e Desenvolvimento Rural – SMGOV:** Nós tivemos reunião com a Defesa Civil e eles
250 falaram que o El Niño não significa que vai ter enchente. Eles vão poder dizer só mais lá na
251 frente qual vai ser a proporção, mas não é para todo mundo se apavorar. **Tarsila Crusius,**
252 **Secretaria Municipal de Educação – SMED:** É que está precipitado, mas já está precipitado
253 que Porto Alegre é uma das quatro capitais que ia receber a corrida e não vai mais receber.
254 **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** OK, vamos lá.
255 O que eu falo de vocês, o que entendem? A LOA 2024, ela está sendo elaborada agora, ela vai
256 em julho para a Câmara de Vereadores, julho agora, a gente tem que entregar para a Câmara,

com a proposta de 2024. O que eu sugiro? Que nós, enquanto conselho, façamos um processo SEI, se já não tem, dizendo: inclua-se na LOA de 2024 uma contratação X, Y... Eu acho que já tinha comentado isso, que a gente tem que abrir um orçamento na parte do conselho do que nos interessa: contrato de assessorias, contrato, o que nós entendermos, serviços gráficos, para que a gente possa ter isso já mapeado dentro da LOA 2024. Qualquer alteração é projeto de lei e a gente já sabe que daí demora muito mais tempo. Isso posto. Qualquer encaminhamento para licitação se começa com 120 dias de antecedência que a DLC pede. Portanto, todo este processo, eu concordo com o secretário, a gente tem que já mapear. Começa-se com termo de referência, o que a gente precisa. Isso vai com 120 dias de DLC. Então, se ele vai começar o processo de licitação em janeiro, conta mais 120 dias. Mas se ele encaminhar agora, lá por dezembro, fevereiro, talvez a gente já tenha este contrato. Então, acho que são duas coisas e talvez cada um entendeu uma parte. Mas isso é importante que já esteja também na LOA. E se precisar que a gente faça ver com as gurias aqui na parte orçamentária se tem como colocar alguma coisa para 2024. Mas como vai para licitação, entendo que não precisa. A gente só faz uma declaração para 2024. **Maria Alice Goulart Silva da Silva, Associação Amigos da Restinga:** Mas se o dinheiro for do fundo, é imediato. **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** Não, também não. Isso não existe. **Maria Alice Goulart Silva da Silva, Associação Amigos da Restinga:** Foi a fala dele. Inclusive, propondo falar com a... **João Batista Machado da Rocha, Fundação O Pão dos Pobres:** Não! Quem faz isso é a secretaria, não somos nós. **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** Mas nós vamos ter que demandar a secretaria. Enquanto conselho, nós vamos demandar a secretaria. **João Batista Machado da Rocha, Fundação O Pão dos Pobres:** Inclusive já foi demandado, que é o espaço. **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** Daí eu só não sei em que pé está, entendeu? O espaço do conselho, mas também como ela falou, o secretário ele mencionou isso. Ele falou se depender da secretaria ele vai encaminhar para 2027. Quando ele vai encaminhar, não se sabe, provavelmente na metade do ano. Mas se depender de recursos do conselho para a obra, é imediato. O conselho delibera e se faz a obra, do recurso do fundo, não é recurso da LOA, recurso próprio. **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** Não, mas não interessa. O que eu quero dizer, a LOA ela engloba recursos do tesouro, recursos do fundo da criança. Isso tem que estar gravado. Por isso que eu digo assim, dentro da nossa estrutura orçamentária enquanto Conselho Municipal da Criança, vai estar lá: obras e reformas, vai estar lá o que a gente também

289 pensa de contratação para 2027 dentro do nosso plano de ação. A gente fala lá: "vamos contratar
 290 uma assessoria jurídica", mas isso tem que estar lá dentro também. Não precisa dizer: "eu quero
 291 uma assessoria jurídica", mas tem que estar lá a previsão orçamentária do elemento assessoria
 292 jurídica que eu quero e o valor simbólico, pelo menos, que depois a gente aporta via decreto
 293 mais recursos ou não, entendeu? Mas isso tem que estar gravado. **João Batista Machado da**
 294 **Rocha, Fundação O Pão dos Pobres:** E isso que eu falo está passivo de nós. Ele fala de duas
 295 fontes de recurso. Uma é da LOA, que depende da secretaria, a partir das nossas demandas, mas
 296 a outra é o recurso já existente no fundo. **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria**
 297 **Municipal da Fazenda – SMF:** Mas é tudo de forma que tem que ser trazido. O rito não vai
 298 ser alterado, sendo recurso do fundo ou recurso do tesouro. O rito de 120 dias na licitação lá na
 299 DLC, o rito dele não vai ser alterado, isso que tem que estar claro. **Carolina Aguirre da Silva,**
 300 **Centro de Atendimento Integrado Morro da Cruz – CAIMC – Presidente:** Talvez o que
 301 mude seja que se for o recurso do nosso fundo ali, ele tem a possibilidade de começar este ano
 302 ainda o mesmo processo. E se for da prefeitura como um todo, aí é só para o ano que vem iniciar
 303 o processo. Acho que é mais ou menos isso. Mas assim, o que eu falei para ele, sobre isso, é de
 304 que a gente teria que ter o retorno da PMS quanto à possibilidade de utilizar o recurso do fundo
 305 sobre isso. E principalmente, ele também entrou na mesma linha do sistema, principalmente
 306 alguma questão de, no fundo tem dinheiro, qualquer questão ali, que tem que ter contrapartidas.
 307 Contrapartida para o conselho de forma geral e as instituições, como, por exemplo, agilizar os
 308 recursos, estruturar melhor o conselho, e aí vai, todas essas coisas que a gente já conversou dez
 309 mil vezes também. Porque não adianta a gente liberar recurso para o administrativo do conselho
 310 tutelar, mas aí nós vamos receber como instituição depois de dois anos um dinheiro. Então, não
 311 funciona. As coisas têm que andar de forma rápida para todos os lados. Então, mais ou menos
 312 isso. Teremos próximos capítulos da novela mexicana. **Andréia Brito Gilli, Comunidade**
 313 **Evangélica de Porto Alegre – Cepa:** Acho que constar em ata, tipo "indignada", acho que essa
 314 é a palavra, sabe? Porque parece que as promessas vêm e vão. Eles vêm e reforçam a fala e vem
 315 para o conselho, vem para a plenária, que em março haveria mudança. Então assim, eu sei,
 316 temos que ser políticos, OK. Mas há quanto tempo estamos sendo enrolados? É isso que
 317 acontece, sabe? Então assim, é promessa e promessa. Aí tu vai lá olhar o espaço: "está em obra".
 318 Não, não está pronto ainda. Agora aquele espaço não é mais para ser ocupado, não tem espaço
 319 para o CMDCA lá. Então assim, como é que a gente fomenta dentro das instituições algo
 320 positivo e que as coisas vão dar certo se em todo momento acontece isso? É o ditado popular, é

promessa de político. Infelizmente, eu fico muito chateada. Eu já teria tempo, às vezes eu fico não em relação ao trabalho, sempre valorizo o trabalho, a importância que se tem, mas é isso que acontece, enfraquece os discursos, as falas, as promessas, e de repente é um balde de água fria. Então a gente fala que tem que articular, que a gente tem que planejar, a gente tem que trabalhar, tem que se esforçar, e quem é que está fazendo tudo por isso? A gente aos trancos e barrancos. É dentro da nossa instituição para prestar um serviço que hoje 90% somos nós, as OSCs que prestamos pro município, e tem que estar sempre correndo atrás de dinheiro, justificando até a lâmpada que compraram, que roubaram. E aí a gente vem para cá para tentar fazer política pública e é isso. O prédio que já estava pronto, que ia haver uma mudança em março, foi adiado várias vezes, agora tem uma construção nova. E aí, no próximo ano vai ser o quê? Então assim, não tem como não constar em ata. Espero que as pessoas tenham acesso à ata e leiam, porque às vezes parece que as pessoas vêm cobrar de nós, que somos conselheiros, que tem a presidente, e parece que nós não fazemos nada. A impotência, um sentimento de impotência. Então assim, só para manifestar e para que isso conste. Infelizmente, parece que eles fazem de propósito para ver se as pessoas desistem, não lutem mais, não participem mais das reuniões, das comissões e principalmente dos conselhos, que é uma desarticulação em massa, não só do CMDCA, mas dos outros conselhos também. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado Morro da Cruz – CAIMC – Presidente:** Eu sinto também às vezes assim, tipo, eu estou aqui no conselho, dessa vez acho que é meu terceiro ou quarto ano. E realmente, não só neste secretário, mas nos outros secretários também a gente teve a mesma questão: problema com a estrutura, falta de estrutura, promessas de estrutura. Eu acho bem complicada essa situação toda. Mas, de qualquer forma, até para pensar: "vai recurso do fundo", a gente precisa ver o parecer da PMS. Então, a gente não consegue avançar: "vai ser dinheiro do fundo, vai ser dinheiro do fundo". Tem que ter o parecer da PGM, para a gente poder conversar, depois a gente vê isso aí. **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança:** Às vezes eles falam para a gente manter essa parte jurídica de conhecimento, semana passada eu estava falando com o João aqui até fazer uma reunião sobre as leis, nossas leis de conselho. Falta leitura. Agora a gente precisa de, às vezes, de interpretações. Mas a Lei 11.628 ainda está ativa, e ali tem tudo o que compete ao CMDCA e o que compete à prefeitura. Está bem escrito aqui até a questão do atendimento indireto. Ali no artigo 32 desta lei, diz: "O Executivo Municipal dará suporte administrativo e financeiro ao CMDCA, utilizando-se para tanto de servidores, espaço físico e recursos financeiros para o CMDCA". Estava falando com

353 o João agora, até na época, não sei se era do Fortunati, ou do Marchezan ali, ou antes... Nós
 354 tínhamos o suporte da prefeitura para o fundo para a gente colocar naqueles editais que nós
 355 fazíamos para as OSCs. Tinha um aporte da prefeitura para aqueles editais, foi diminuindo,
 356 parou em 300 mil reais na época, com a Leonor Cruz, há uns 8 anos atrás. Depois não deram
 357 mais nada, zero de auxílio da prefeitura para o fundo para aqueles editais. Hoje em dia, na
 358 estrutura, para tudo, até para carro para visitas está difícil. Enfim, querem trocar o boi na frente
 359 da carruagem. Acho que eles estão criando essas conversas querendo passar por cima da
 360 legislação, das leis. Até mesmo por outros assuntos, esses pareceres que têm nossas resoluções,
 361 fazem as coisas sem conversar com a gente, embola o meio de campo todo. Então, em cima
 362 disso aí que a gente precisa deste suporte jurídico para com essas leis que nós temos, que é a
 363 Lei do Fundo, do conselho, do conselho tutelar também. Tem tudo aqui o que compete à
 364 prefeitura, e eles não estão fazendo nada, querem retirar. Não pode ser assim. Acho que a gente
 365 tem que ter essa assessoria urgente para fazer esse estudo, senão eles vêm com pareceres, com
 366 decretos, e daqui a pouco o CMDCA não está mais com aquelas atribuições. [Falas
 367 concomitantes]. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado Morro da**
 368 **Cruz – CAIMC – Presidente:** O prédio ainda é aquele lá onde é o Alziro hoje, na parte da
 369 frente. Isso. É um prédio muito bom. Isso, ali é ainda o que está nos prometido, está alugado e
 370 para a prefeitura, e como o secretário, está sendo usado por uma instituição até, como
 371 empréstimo, até nós irmos para lá. Por que está sendo usado por uma instituição? Porque, como
 372 disse o secretário, ele teria que justificar o porquê está pagando um aluguel, porque ele alugou
 373 todo o prédio. Daí alugou uma parte não usada, uma parte usada. Então ele tem que usar aquela
 374 segunda parte, e aí, enquanto isso, vai organizando a outra parte. Então, uma parte de aluguel
 375 está alugada. A parte de estrutura é a que falta. Daí a estrutura, mobiliário, internet, ar-
 376 condicionado, 500 mil reais. Tudo isso, 500 mil reais. Aí ele disse assim: "Não, é de vocês, tá
 377 para vocês, mas enquanto..." Eu tinha que usar, não vou deixar um prédio lá que daqui a
 378 pouquinho vão dizer do porquê está pagando aluguel. Então, está lá sendo usado por enquanto.
 379 Então, quanto a isso, para mim, não vejo o problema. Meu problema maior é, na verdade, a
 380 gente entra ano e sai ano e a gente tem a promessa de melhoria de estrutura e a gente não tem.
 381 E aí eu digo tanto aqui quanto em qualquer lugar. E, sinceramente, para mim, se for aqui ou se
 382 for ali na esquina, eu quero melhoria de estrutura. Se der aqui um espaço legal para nós, pode
 383 ser aqui, não tem problema. A questão é que tem que ter estrutura. **Paulo Francisco da Silva,**
 384 **Pequena Casa da Criança:** Hoje pela manhã mesmo foi um exemplo. Tinha três reuniões aqui

dentro para as comissões trabalharem. Quatro reuniões. Estava comissão de política, uma, vai estar aqui a Larissa, tem que estar com a Larissa. No outro grupo, eu e o Guilherme, com outra instituição. Geralmente vêm dois ou três da instituição. Então, a gente se organizou para nós nos reorganizarmos, organizar-se, mas deu. Mas naquela. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado Morro da Cruz – CAIMC – Presidente:** Tudo bem, mas continuaremos. Só para compartilhar com vocês. Nós conseguimos, gente, colocar no DOPA, amém Jesus, a Lei da Escuta Protegida. O comitê de escuta protegida está saindo no DOPA. Eu só não tenho a data de quando saiu aqui, mas está com a data de 10 de junho, deve ter saído hoje. É o Decreto 23.815. Então, este é o decreto. Depois nós vamos fazer parte também, enquanto GT, para trabalharmos juntos em relação aos fluxos da escuta protegida, porque uma das competências do conselho é puxar, na verdade, todo esse GT para se criar os fluxos dentro da cidade. O outro é este Aspectos Demográficos, que me foi mandado agora, que é o que eu falei que tem 90 páginas. Depois eu queria ver como é que a gente poderia organizar, porque me pediram para fazer a revisão. Quem me pediu foi o Secretário Gelson Guarda. Isso aqui é a prévia do diagnóstico que foi levantado na cidade sobre crianças e adolescentes. Então ele está trazendo vários dados de várias secretarias, de vários setores, sobre crianças e adolescentes. Só vai indo para cima para ver. Eu não olhei, sério, não olhei nada até agora. Só peguei e lancei aí para vocês. Eu acho que isso seria bem interessante de a gente dar uma estudada. Porque, primeiro, a gente precisa ver de onde ele trouxe esses dados. Ele pediu para tudo que era lugar, desde conselho tutelar a instituições, conselhos, secretarias. **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança:** Não é do IBGE, essa fonte? **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado Morro da Cruz – CAIMC – Presidente:** Também, ele também trouxe do IBGE, ele compilou vários dados. É, Escritório de Enfrentamento à Violência. Essa secretaria é o Escritório Geral de Governo. É Escritório Geral de Governo, mas ele está no comitê de enfrentamento à violência. E uma das incumbências que ele nos traz para o comitê é fazer vários diagnósticos. Fizeram o diagnóstico em relação à população idosa, depois fizeram o diagnóstico em relação à mulher, trouxeram já esses diagnósticos, e ficaram de fazer o diagnóstico com crianças e adolescentes. E, então, nós temos que fazer esta análise e revisão. Como podemos fazer? [Falas concomitantes]. **Guilherme Fagner da Silva Pereira, Secretaria Municipal de Governança Cidadã e Desenvolvimento Rural – SMGOV:** A Sônia, na saúde, tem uns dados para esse segmento. **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** A Sônia da saúde eu acho que tem os dados também. **Carolina Aguirre**

da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) –

Presidente: Eu não sei se precisa olhar só para ter os dados. Isso é para bater, mas pelo menos não sair nem tanto para lá, nem tão de se perder. **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria**

Municipal da Fazenda – SMF: Ter uma coerência, uma coerência nesse sentido. A Neiva, que

é da assistência, pode ajudar também. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento**

Integrado Morro da Cruz – CAIMC – Presidente: Neida e eu, tá? Daí a gente olha, a gente

pode provocar vocês, podemos fazer esse olhar até sexta-feira? Eu peço para que até sexta, e aí

a gente faz as diretivas. Gente, alguém tem mais alguma coisa? Eu tenho. Eu pedi hoje,

encarecidamente, para os conselheiros da Políticas começarem a pensar, na outra semana, na

outra, se não me engano, eu falei também sobre Itaú Social, gente. E aí, conseguiram refletir

sobre isso? Não? Assim, eu não vi o prazo ali. [Falas concomitantes]. Passou? Eu não vi o prazo

ali, sinceramente. Normalmente, sai em cima do laço. Mas que milagre, ninguém nos

questionou. Tá, o que eu pensei, gente? A gente primeiro tem que ver exatamente se a gente

tem prazo ainda, mas o que eu pensei: da gente fazer, ver qual é a área de atuação, mas a gente

fazer o projeto para o CMDCA, e não para as instituições com fomento. Como, por exemplo,

se tivéssemos, se de 500 mil, a nossa sede. Ou então, uma parte de sistema. Ou então, os

administrativos ali do conselho tutelar. Alguma coisa nessa linha eu tinha pensado. Só queria

que alguns conselheiros pudessem estar olhando para a gente poder ver se é viável, se dá tempo

de a gente abrir um processo de edital, ou então a gente faz para nós, dá para a gente fazer para

nós, nessas linhas de atuação. E aí? **Tarsila Crusius, Secretaria Municipal de Educação –**

SMED: São estudos e pesquisas para compreender diferentes dimensões da educação integral

em tempo integral para os anos finais do ensino fundamental, de 6 a 9 anos. Se fosse educação

infantil, estava bem de acordo com muitas das nossas instituições. Se fosse além de educação

integral, por exemplo, pensando em serviço de convivência, estava de acordo com muitas das

nossas organizações, mas é educação integral em tempo integral para o fundamental 2. **Priscila**

Balestrin, Parceiros Voluntários: “Devido a revisões estratégicas, o edital do fundo da

infância e da adolescência FIA 2026 está sendo reavaliado, as inscrições foram suspensas. Em

breve serão fornecidas informações sobre prazos e novas fases de inscrição”. **Carolina Aguirre**

da Silva, Centro de Atendimento Integrado Morro da Cruz – CAIMC – Presidente: Então,

só para a gente poder pensar. Eu acho que a gente tem que captar dinheiro também. **Sônia**

Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF: O administrativo que

tu estás pensando do conselho, ele tem que ser servidor e ele é uma despesa contínua. Tu achas

que o município vai fazer uma seleção, um concurso, chamar os assistentes administrativos?

Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado Morro da Cruz – CAIMC

– **Presidente:** Tem a parte do que eu sonho e a parte do que eu acredito. **Sônia Rejane dos**

Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF: O mundo ideal, como a gente não

tem um mundo ideal, a gente vai ter que ir trabalhando com o que tem. Mas eu acho que o

administrativo é uma despesa de folha, ela é contínua e aí... Acho difícil ter essa contratação,

não é impossível. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado Morro da**

Cruz – CAIMC – Presidente: Não, mas eu falo até da questão do administrativo nosso, mas

que pudesse ser contratado, por exemplo, como um PJ. Eu não sei se é viável, se é possível.

Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF: Não, daí

geralmente tem uma vedação, porque daí tu tem no quadro do município o assistente

administrativo, portanto, não pode terceirizar esse serviço porque tem no quadro. Aí tem que

trabalhar na outra perspectiva. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado**

Morro da Cruz – CAIMC – Presidente: Na verdade, isso a gente combinou na executiva da

semana passada até, de a gente ver com a comissão do terceiro setor da OAB, para a gente ver

o parecer, uma possibilidade de contratação com recurso do Fumcriança, porque a gente precisa.

Essas próprias questões que a Tarsila traz, o João traz, isso é querendo ou não às vezes precisa

de um parecer técnico. É um parecer técnico de que a gente fica assim: "Ah, mas eu gostaria

de, mas isso aí não é nesta linha, isso aí é nesta linha. Ah, mas aí eu queria fazer, sei lá, queria

contratar tal, não sei o quê, não, mas então tu não faz pela 13.019, tu faz pela 14.133, ou então

não sei o quê", sabe? Então assim, é nos guiar e aí a gente não precisa errar ali na frente. E isso

eu acho que eu sinto bastante falta disso, de fazer falta mesmo. Porque é uma equipe que pode

nos auxiliar, que é para a gente não errar, é essa questão. Então tá, aí então, daí Itaú Social então

está impedido nesse momento. Alguma coisa mais, gente, podemos ir para os outros grupos,

para as comissões? Então, comissões. Quem primeiro?

3. Comissões: Comissão Executiva, Comissão de Registros, Comissão de Políticas e

Comissão de Finanças.

COMISSÃO DE POLÍTICAS:

Rosana Fernandes Nunes, Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Porto Alegre,

APAE/Porto Alegre: Analisamos 3 caminhos nesta sala. Analisamos os processos, temos

encaminhamentos a fazer, encaminhamos para a comissão de finanças. Mandamos os processos.

COMISSÃO DE REGISTROS:

Guilherme Fagner da Silva Pereira, Secretaria Municipal de Governança Cidadã e Desenvolvimento Rural – SMGOV: Registro, a gente tem um que nós atendemos semana passada e eu realizei a visita ontem. O 26.0.000004004- 4, o nome da entidade é **INSTITUTO SABER, INSTITUTO BRASILEIRO DE APRENDIZAGEM**. Eles solicitam o registro e inscrição profissional. Eles trabalham com curso de aprendizagem em técnicas administrativas de 4 horas e aprendizagem em técnicas administrativas de 6 horas. Ontem eu realizei a visita. Eles atendem em três salas ali na faculdade Estácio no Centro. Eu estudo lá também. E daí ontem fui lá, realizei a visita, vi as salas, tirei foto. Eles não são daqui, são de São Paulo. E daí semana passada eles vieram aqui e conversaram com o Paulinho. Aí pode seguir, Paulinho.

Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança: Isso. Então, essa é uma instituição de São Paulo, eles estão abrindo aqui na 7 de Setembro, este ano, para a aprendizagem profissional. Entregaram todos os documentos. Alguns faltavam, a gente pediu complementação, como a inscrição lá no CMDCA de São Paulo, a locação aqui do espaço da faculdade ali Estácio, da estrutura. Então, eles enviaram primeiro os documentos para registro, os formulários vieram com outros cursos, serviços. Solicitou que enviasse pela Resolução 12, que é do aprendizagem profissional do CMDCA. Enviaram o requerimento para os 3 cursos, pediu para sair na resolução. Guilherme, vai novamente falar para o nome do curso. **Guilherme Fagner da Silva Pereira, Secretaria Municipal de Governança Cidadã e Desenvolvimento Rural – SMGOV:** O CBO é 4411-10. É aprendiz em técnicas administrativas 4 horas e aprendiz em técnicas administrativas 6 horas. **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança:** Tem um atrás, mais um. São 3 cursos. **Guilherme Fagner da Silva Pereira, Secretaria Municipal de Governança Cidadã e Desenvolvimento Rural – SMGOV:** E aprendiz em vendas e comércio varejista, é 5211-10, 6 horas. **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança:** Então, esse registro de como eles ainda vão captar empresas e adolescentes, então eles solicitaram o provisório, como diz a resolução do registro, o artigo 6º, que a instituição pode pedir por 6 meses até esse processo deles já captar as empresas aqui em Porto Alegre e depois fazer a inscrição dos adolescentes. Então, nós concedemos a eles os 6 meses, esse registro provisório. A gente vai acompanhar, o CONANDA diz que é o CMDCA que acompanha os programas de aprendizagem profissional, ao contrário do CT que é os outros programas de criança e adolescente. Então, a gente concedeu esses 6 meses, vamos acompanhar. Caso eles não atingirem essa meta de execução desses cursos com turmas, eles querem fazer 3 turmas ali com aproximadamente 80 jovens semanais por turmas, se não atingirem, então será

cancelado o registro aqui no CMDCA. O Guilherme ontem realizou a visita, já que ele estuda lá, conversou com o pessoal. Então, tem uma estrutura já à espera desde janeiro, mas por que deu o provisório, gente? É diferente dos outros serviços, porque pela aprendizagem profissional tem que ter inscrição de registro no CMDCA, depois quando tiver o número do CMDCA tem que entrar no MTE, Ministério do Trabalho e Emprego, depois que eles vão captar as empresas e os jovens. Por isso que a gente deu o provisório para esse processo. Eles vão ter 6 meses para trabalhar esse processo aí de até formar essas turmas de adolescentes. **Guilherme Fagner da Silva Pereira, Secretaria Municipal de Governança Cidadã e Desenvolvimento Rural – SMGOV:** E eles alugaram lá na faculdade, três salas, uma sala administrativa, uma sala de laboratório de informática e mais uma outra sala para dar as aulas. **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança:** Então, submetemos à plenária para votação. **João Batista Machado da Rocha, Fundação O Pão dos Pobres:** Em São Paulo, eles executam já aprendizagem? **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança:** Isso. Eles executam aprendizagem em São Paulo e outras capitais. Na conversa que eles disseram, eles tiveram o estudo de pesquisa aqui do campo de número de adolescentes que tem campo para esse atendimento, então por isso que eles vieram para Porto Alegre. **João Batista Machado da Rocha, Fundação O Pão dos Pobres:** Eles disseram que o estudo, porque o que tem não são as empresas, então parece que tem muitas organizações, inclusive de outros estados. Mas a gente percebe instituições aqui que já executam há muito tempo e não conseguem empresas. Então, tem oferta de mais e empresas de menos. **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança:** É como aconteceu com uma lá do Mato Grosso, nós demos o registro para eles, eles abriram ali perto do Mercado Público, vai ser na Estácio, mas está com os profissionalizantes ali. Cederam uma sala para eles, aí foi, na renovação só conseguiram um jovem. Aí depois foi, e o pessoal desse estabelecimento aqui de Porto Alegre mandou um e-mail para o CMDCA dizendo que não faria mais parceria com essa OSC. Então, foi quando a gente cancelou e arquivou esse registro. Esta empresa, eles pediram 6 meses para se organizar, mas temos o imprevisto. **João Batista Machado da Rocha, Fundação O Pão dos Pobres:** O que fica do meu registro aqui é justamente isso, a gente busca uma qualificação para jovem aprendiz, a gente já pensou aqui no próprio conselho pré-aprendizagem, cada vez mais algumas organizações de outros estados mantendo uma precarização do trabalho, porque as organizações, qual é a primazia da aprendizagem profissional no Brasil? É o Sistema S. O que o Sistema S não dá conta, as organizações sociais se colocam à disposição, sobretudo a

socioaprendizagem para aqueles jovens que têm baixa escolaridade, que eles não conseguem acompanhar muitas vezes os cursos, e aí as organizações sociais entram. E me parece que muitas vezes estas organizações, elas precisam de taxas administrativas, como já é compulsório para o Sistema S pela folha, de restringir o pagamento dessa taxa administrativa, então há uma inversão, no meu modo de ver. Não há oferta de jovens, mas pelo contrário, e aí o Paulinho já faz menção aqui, instituições aventureiras, não quero dizer que seja essa, mas muitas vezes se colocam buscando uma taxa administrativa irrisória para ir fazendo um trabalho extremamente precário no atendimento de jovens que já existem. E como dizia, existe demanda de jovens, existem as organizações disponíveis para executar a aprendizagem, o que não existem são as empresas. E me parece que falta mais fiscalização da Superintendência Regional do Trabalho para que essas empresas de fato sejam notificadas para execução da aprendizagem diante do leque de oportunidades que se tem. Mas eu acho que só fica o alerta de nós, enquanto conselho, de fato uma fiscalização, o Paulinho trouxe bem, uma que pediu, conseguiu apenas 1 jovem, a gente vê outras instituições tantas que executam já a aprendizagem. Eu não estou fazendo aqui um protecionismo das instituições, mas só um alerta porque às vezes o pessoal entende que há demanda, e a demanda sim, de jovens, mas não de empresas. **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança:** E se eles disserem isso, pessoal, dão os 6 meses aqui no CMDCA, e essas que são de fora, realmente a gente passa o fino. Eu e a comissão, o Guilherme, olha, essa aqui, essa aqui. Então, o outro, nós tivemos trabalho com aquele, eles não conseguiram o cadastro de atendimento ali na Adrasul. Também que a gente solicitou esse documento ali de Curitiba, eles não deram e fomos até o fim. E essas que vêm de fora assim: 'mas na Resolução do CONANDA diz que não precisa ter sede.' 'O CONANDA diz que não precisa.' Mas nós temos a nossa resolução, o CMDCA. Para registro tem que ter o espaço, tem que ter o espaço adequado, tem que ter tudo. E a gente vai acompanhar os jovens, vai acompanhar. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Eu acho que é uma forma até da gente garantir que as instituições que entram em Porto Alegre, elas possam ter vida longa em Porto Alegre e elas não sejam passageiras, eu acho que essa é a questão maior que a gente quer garantir. **João Batista Machado da Rocha, Fundação O Pão dos Pobres:** O CBO de acordo com a carga horária está OK. Só fica esse alerta de fato para a gente ficar atento, e quando eu falo da precarização é um pouco nesse sentido. Às vezes são cursos que não oferecem uma qualidade para os próprios jovens, a remuneração daquilo que a gente vem tratando diversas vezes, a qualificação dos

577 profissionais, uma boa remuneração, às vezes é um valor baixo contratado por meio, com a
 578 precarização. E aí, como é um processo também de locação, não tem uma instituição que quer
 579 firmar, como o Paulinho falou, um estabelecimento de médio e longo prazo, assim por um
 580 período. Se der deu, se não der não deu, tchau. Ali do Calábria, da ACM, enfim. Eu falo só por
 581 conta das tantas de Pequena Casa, da CEPA, são diversas instituições de trajetórias de dezenas
 582 de anos que não conseguem manter os seus jovens aprendizes porque não tem empresas. **Paulo**
 583 **Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança:** E nós indicamos para eles, dissemos para ela
 584 essa situação dessa OSC que veio lá de Mato Grosso para Porto Alegre, a experiência. Questão
 585 de instituições aqui, não participam no formato que cobra taxa da família para a inscrição do
 586 jovem. Então a gente diz assim, no CMDCA não entra. Então, a gente deixou bem claro para
 587 eles essa situação. E eles disseram que nós vamos acompanhar esses 6 meses aí para eles
 588 fazerem esse processo de cadastramento no CMDCA e no MTE para ver se começam essa turma
 589 aí de adolescentes. Então, era isso. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento**
 590 **Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Em votação, gente, quem
 591 é favorável ao parecer da comissão, favor levantar a mão? O provisório de 6 meses a partir de
 592 hoje da aprovação. OK, **APROVADO**. Outro? **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da**
 593 **Criança:** O outro também, a gente acolheu aqui uma nova instituição, o **INSTITUTO**
 594 **SARANDI**. Então, eles estão com dois projetos, é um instituto, mas é vinculado a uma igreja,
 595 uma igreja evangélica. Então, a gente convidou eles para cá, porque o atendimento é
 596 diferenciado assim, os horários. Eles têm o projeto de esporte para adolescentes, que é no sábado
 597 pela manhã, na quadra do SESI. Quem está assessorando eles é o Paulo Meira. Então, eles locam
 598 a quadra lá do Sesi, enviaram a locação todo sábado, são três sábados ao mês, pela manhã, das
 599 10h às 12h. E durante a semana, terça e quinta, então eles fazem atendimento de TEA, com
 600 crianças, nessa instituição que é ao fundo da igreja, com crianças. Então, a gente também
 601 convidou aqui como é esses atendimentos, se é só para crianças das famílias que são, como é
 602 que se chama, fiéis da igreja ali, frequentam a igreja, dos irmãos, ou é aberto ao público. Então,
 603 a gente questionou, eles disseram: "Não, tem dois que sim, são de membros da igreja, mas os
 604 outros são de outras famílias da comunidade". Esse não vai ser aprovado, só informe. **Rosana**
 605 **Fernandes Nunes, Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Porto Alegre,**
 606 **APAE/Porto Alegre:** Qual o diagnóstico dessas crianças e atendimento deles? **Paulo**
 607 **Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança:** TEA, de psicólogo, neurologista. Esse outro
 608 não é para aprovação, é só informando quando chegar aqui. Então, eles têm psicopedagogia,

609 tem a psicanálise e terapia com crianças com TEA. **Mariana Santos de Azevedo, Secretária**
610 **Municipal de Inclusão e Desenvolvimento Humano – SMIDH:** Psicanálise para TEA?
611 **Tarsila Crusius, Secretária Municipal de Educação – SMED:** Isso só quer dizer que eles
612 têm essa estrutura e inclusive atender TEA, mas pode ter outras coisas. **Paulo Francisco da**
613 **Silva, Pequena Casa da Criança:** São voluntários. Quarta à tarde, sexta, segunda e terça. Esse
614 aqui a gente não fez visita, vai visitar ainda, tá? Só para a gente ver esse instituto. Instituto
615 Humanitário e Educativo SOS Vida. Esse aí foi só para informação da reunião que a gente teve
616 hoje aqui. **João Batista Machado da Rocha, Fundação O Pão dos Pobres:**
617 Não estou questionando os profissionais de saúde, mas quando a gente recebe é importante que
618 a gente oriente também as pessoas a procurarem os conselhos respectivos. Vai fazendo terapia,
619 tem conselho regional de psicologia, buscar. Eu trago isso porque, por exemplo, às vezes, isso
620 que a gente estava falando, uma organização social acaba absorvendo várias questões. Eu trago
621 isso, por exemplo, às vezes quer implantar consultório dentário dentro das organizações sociais.
622 Eu tenho consultório, mas não é, nós não somos saúde, nós somos assistência social. Da mesma
623 forma aqui, as pessoas não podem se aventurar a fazer psicoterapia, terapia, psicanálise sem ter
624 profissionais embasados e respectivos. Então, é importante que nós, enquanto conselho,
625 também nesse sentido, de que mexe com uma estrutura de uma criança que nem sempre está
626 com uma estrutura de profissionais correspondentes a isso. E aí sim a responsabilidade nossa
627 de dizer: "olha, por melhor boa vontade que vocês têm, vocês não podem ir fazendo isso
628 deliberadamente". Se querem fazer, bom, então se enquadra dentro do processo adequado.
629 **Priscila Ballestrin, ONG Parceiros Voluntários:** E era o que a gente falava hoje de manhã
630 com a Dra. Cinara, porque se a instituição faz esse tipo de atendimento de terapia com um
631 voluntário que daqui a pouco não vai continuar, vai criar vínculo com essa criança e não vai ter
632 uma continuidade desse atendimento. É tudo o que a gente falou hoje no projeto da saúde mental
633 de manter essa criança bem e que faça sentido. Porque eu, a gente que trabalha com a questão
634 do voluntariado, a gente sabe como é complexo às vezes o voluntário se manter por um tempo.
635 Mesmo quando são profissionais que têm remuneração às vezes tem uma rotatividade, o
636 voluntário também muito mais. Então, dá uma preocupação de, ainda mais da questão do
637 espectro autista que tem todas as suas questões, que é uma complexidade de atendimento.
638 **Tarsila Rorato Crusius, Secretária Municipal de Educação - SMED:**
639 Só uma atenção. Acho que aí o que vocês estão levantando é muito importante, porque a gente
640 vai encontrar, especialmente nas crianças com espectro autista e outras deficiências, crianças e

adolescentes, uma sobreposição que é importante a gente entender quais os objetivos dos trabalhos. Quando fala, por exemplo, em turno inverso, em turno complementar, está falando do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos para crianças e adolescentes? Você está falando em trabalho educativo, em complementação de estudo? Você está falando em atividade de esporte, cultura e lazer? Do que é que você está falando? E quando eu digo isso, a gente tem hoje um aumento gigantesco na demanda de trabalho para crianças com deficiência. E aí a gente tem essa pressão de entidades, uma pressão que não estou dizendo que não é válida, que não é justa, são entidades que querem dar um atendimento para essas crianças, mas estão buscando recursos da assistência social, estão buscando recursos da saúde, estão buscando recursos da educação para estar fazendo um atendimento educacional, para estar fazendo um atendimento de saúde, um atendimento multidisciplinar que muitas vezes passa por isso, pedagógico, psicológico, fono. E eu acho que a gente pode ter um papel importante nesse sentido quando essas instituições chegam, porque estão lutando por recursos da saúde, estão lutando por recursos da assistência, estão lutando por recursos aqui do fundo dos direitos da criança e do adolescente. E na política, por exemplo, da primeira infância, que a gente tem acompanhado muito essa discussão, está trabalhando com famílias, está trabalhando também com as crianças, mas a gente vai ter que buscar uma maneira de integração dessas informações, porque essa é a mesma criança que está na escola, essa é a mesma criança que está no posto de saúde, e muitas vezes está tendo vários atendimentos na mesma rede, e os atendimentos não estão se conversando. **João Batista Machado da Rocha, Fundação O Pão dos Pobres:** É a mesma criança que está na escola. E até as nomenclaturas. "Olha, eu vou fazer roda de conversa". OK, mas não é psicoterapia. Não é. Então, é importante também as pessoas identificarem o que estão fazendo. Se é um trabalho voluntário, bom, daqui a pouco está fazendo círculos de construção de paz, comunicação não violenta, mas não é psicoterapia grupal. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** E a pessoa ela é psicanalista, mas ela não faz psicanálise com a criança ali no grupo. Então, essa alinha sim. **João Batista Machado da Rocha, Fundação O Pão dos Pobres:** Por mais que a gente entenda que não está desfavorecendo a boa intenção da instituição das pessoas, não é isso, mas orientar para que busque o canal correto. E bem como a Tarsila traz, se essa mesma criança está em vários, daqui a pouco lá na unidade ela está tendo um atendimento, daqui a pouco o outro de lá vai querer o atendimento que ela fez. E para a própria criança, de que maneira ela também se enxerga nesse mundo onde tem vários adultos falando várias situações. Então,

673 quanto mais concatenadas as ações estiverem, melhor é a ação, sobretudo para quem é
674 beneficiário disso. **Tarsila Rorato Crusius, Secretaria Municipal de Educação - SMED:**
675 Está realmente integrando uma rede, não só prestando lá um serviço para a comunidade de
676 forma desvinculada de uma rede que essa criança está, na verdade, já. **Carolina Aguirre da**
677 **Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) –**
678 **Presidente:** Mais alguma coisa, pessoal? **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da**
679 **Criança:** Então, em cima desse final da proposta do projeto, lá na plenária do fórum da criança
680 e do adolescente, nesses meses, foi lá a SMAS, falaram os temas, e entre eles, falamos sobre o
681 projeto ainda do CEAS, do Ação Rua. E que está em discussão a problemática da questão do
682 trabalho, das crianças em situação de trabalho infantil de rua. E, pelo menos nós aqui, eu não
683 tenho ainda o conhecimento desse projeto, mas as falas diziam: "vai acabar com a abordagem
684 de crianças em situação de trabalho infantil na rua". Outros: "não, não vai acabar, as crianças
685 vão sair pelo CREAS". Então, está aquele enrola ali. Então, o que eu pedi em nome do CMDCA,
686 eu estava na reunião na FASC, que eu queria pedir do secretário que nós como conselho, como
687 órgão que delibera sobre as políticas públicas da cidade, pedir para dar uma olhada nesse projeto
688 técnico, se vem alguém para, já que ela tinha pedido através do SEI, a gente reforçou. O Luciano
689 também lá reforçou, que tem que convidar as instituições que têm essa parceria para ouvir as
690 organizações também. Para não vir de lá, vira só aqui e cumpre-se. Então, a gente espera que
691 venha alguém da SMAS para nos apresentar aqui o projeto técnico, falar, se a questão da
692 abordagem das crianças em situação de trabalho infantil, como é que vai ficar. O CREAS, já
693 colocaram aqui como foi apresentado pela própria SMAS, já foi lá o que era o PENSe, que
694 agora é SENSE, que está dentro do CREAS. E o CREAS já tinha dificuldade antes desse projeto
695 que faltava gente, faltava carro, faltava estrutura. Aí como é que vai ficar? Então por isso que a
696 gente tem que ter esse conhecimento para fazer um parecer. **Carolina Aguirre da Silva, Centro**
697 **de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Sobre
698 isso, logo depois que a gente colocou na plenária, acho que foi na outra semana, a gente teve
699 uma reunião com a Rose, eu, a Vera Boose e a Neusa. Acho que era só nós. E aí, eles trouxeram
700 a questão do projeto técnico, trouxeram de que gostariam de apresentar para nós depois de
701 passar no conselho de assistência. Nós trouxemos de que seria importante passar aqui, embora
702 não fosse a nossa competência, assim, basicamente, aprovar, porque é da assistência, mas
703 quando se trata de criança, não deixa de ser nossa competência também. E aí, então, a gente
704 gostaria de poder conhecer um pouco mais esse projeto, principalmente o que fala quando

criança e adolescente. Aí, então, a gente ficou de retomar isso. Eu acabei não chamando eles para uma outra plenária, mas a gente podia ver com eles para a próxima plenária para trazer eles. Daí eu vou notar aqui para já trazer eles para a próxima plenária. Até o que eu tinha falado com o pessoal da... não, com a Ação Rua, a gente teve reunião depois. Isso, até eu tinha conversado com o pessoal da Ação Rua, eu não sei se vai rolar, mas, lá para vocês, o que vocês pensaram comigo. Da gente fazer uma, porque assim, o que que aconteceu? A gente teve uma reunião com o pessoal da Ação Rua, o CMAS também entrou junto na reunião, mas entrou junto. E aí, eles trouxeram muito as questões do Ação Rua 2, 3. E você vai não trazer quem é o certo, quem é o errado, porque para mim, sinceramente, tem falha de dois lados. Então, tem falha da prefeitura quando não monitora os serviços de CRAS, CREAS, para que seja executado realmente o serviço, e falha do CREAS, do CRAS, quando não alimentam o sistema de forma real. O que que eles trouxeram ali? Eles trouxeram de que, por exemplo, vou dar um dados que não me recordo o dado agora: digamos que lá como criança na cidade em situação de rua tivesse, vou dar um número que eu não recordo, 400 crianças. Isso de acordo com a SMAS. Aí a gente assim: "pô, se tem 400 crianças, dá para a gente eliminar o trabalho infantil, dá para a gente acabar com o trabalho infantil". Aí agora, quanto a Ação Rua, CRAS, CREAS, não sei o quê, tem 4.000 crianças. Então, tipo assim, está muito fora esses números. Sabe, está muito fora, é muita diferença de criança, muita diferença de atendimento. E aí, a SMAS traz de que pelo sistema que é lançado e alimentado pelo CRAS, CREAS, eles alimentam e tem 400. Aí lá pelo CRAS, CREAS e acompanhamentos, tem 4.000. Afinal, quanto tem? Sabe? E por qual desses valores tu vai? Se tu sair aqui na rua, parece que não tem nessa esquina aqui, mas na outra esquina tem criança já. E aí, eu já não sei, daí eu fiquei pensando se era válido a gente colocar todos eles numa sala, a gente fica fora. Depois a gente vê quem sai dali. **Tarsila Crusius, Secretaria Municipal de Educação – SMED:** Com uma chaminé, de preferência, só daquela chaminé para botar fumaça preta e fumaça branca. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Boa, uma decisão, e só deixa sair quando chegarem no consenso. E passa comida de vez em quando, porque se é assim, ou não. Ou a gente entra para dentro e tenta conversar com todo mundo. Mas assim, de corredor ouvi da prefeitura de que vai ser assim. E que está dado a forma de construção, ainda mais de que não está sendo eficiente os serviços. Aí, que nem tipo assim, eu não consigo nisso, eu concordo com o prefeito, sabe? Porque o prefeito ele trabalha com dados. Quando o secretário vai para ele, apresenta dados. Então, se tu tem dados, por mais que

737 tu vá ali na rua e veja aquela dinheirama de criança nas sinaleiras ali, se tu tem dados que tem
738 400 crianças, dado oficial que é o sistema federal, não sei como que tu vai trabalhar de forma
739 diferente isso, sinceramente, eu não consigo compreender, e que forma que a gente conseguiria
740 mediar de uma outra forma. Eu entendo que são empregos, eu entendo que são tudo ali, mas
741 está bem complicado, bem complicado. Sei lá, o que que vocês acham? Chamamos todo
742 mundo? Chamamos só a SMAS? E aí? **Nicolas Vaz, Secretaria Municipal de Esporte e Lazer**
743 – **SMEL:** Amanhã eu tenho reunião na Comissão de Políticas do CMAS, eu posso falar lá,
744 perguntar como é que está isso. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento**
745 **Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Para ver o que a gente
746 consegue articular por lá também. **Tarsila Rorato Crusius, Secretaria Municipal de**
747 **Educação - SMED:** Acho que uma das questões, quando a gente fala em diagnóstico, quando
748 a gente tem dois números muito discrepantes, a gente tem que fazer o primeiro diagnóstico.
749 **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc**
750 **(Topogigio) – Presidente:** É muito discrepante. Eu não me lembro os números, mas eram muito
751 discrepantes. **Tarsila Rorato Crusius, Secretaria Municipal de Educação - SMED:**
752 Se a gente tem dois números muito discrepantes, a gente tem que fazer o primeiro diagnóstico.
753 Qual quais as origens desses números discrepantes? O que é que possivelmente pode estar
754 gerando essa discrepância? E aí se tem que fazer uma opção, e essa opção não é uma opção
755 certa, mas uma opção de qual número se vai considerar, levar em consideração e por quê. Então,
756 por exemplo, se você tem um número que é o número oficial que vem do IBGE, por exemplo,
757 ou vem do INEP, é um número federal que tem uma metodologia de coleta de informação que
758 é oficial, tu até pode dizer assim: "isso está subnotificado". Então eu vou propor uma maneira
759 de corrigir essa metodologia, esse processo, mas, pelo momento, eu vou trabalhar com esse
760 número porque ele é o dado oficial. Até porque, quando a gente vai falar em Tribunal de Contas,
761 quando a gente vai falar em acompanhamento e monitoramento das políticas, o Tribunal de
762 Contas vai estar olhando para isso e vai estar exigindo, pedindo as evidências dessas dessas
763 duas informações. Então, acho que não é à toa que, por exemplo, se se está considerando um
764 número menor de 400 e se diz que esse é o número federal, é muito... me prove o contrário, me
765 diz qual é a metodologia que tu utilizaste para chegar nesse número maior, que aí nós vamos
766 discutir com os especialistas, com a universidade, com sei lá quem, para questionar isso. Daqui
767 a pouquinho poder desculpar essas pessoas que executam o serviço de abordagem e de ter
768 conhecimento de como é feito esses registros por por regiões. Aí, a gente tem uma amostra de

atendimentos de crianças. E aí, o que é que acontece muitas vezes? Os serviços de abordagem estão vinculados aos CRAS da região, aonde encaminham para essas instituições, e que eles têm que referenciar através dos formulários. Lá no formulário, quando a gente recebe e que precisa ser incluído no sistema, a gente clica como situação de rua, trabalho infantil, e várias outras coisas. Então, assim, pode haver uma falha também no lançar no sistema. [Falas concomitantes]. Na integração dados de CPF, se está sendo contada mais uma criança três vezes, porque ela está em três serviços diferentes. **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança:** Aí vai mais pela questão do serviço, o que acontece nas instituições de Porto Alegre, que estava acontecendo, não sei se ainda está, que eu não estou acompanhando lá na minha instituição. As OSs estavam recebendo notificações porque estavam atendendo menos meta do que aquilo que estava de parceria. Tem parceria para 60, tinha 45, vai ser notificada. Mas e essas crianças? Aí vem a briga, quem... O fluxo é, a criança tem que procurar o CRAS e o CRAS envia para a instituição. Eles fazem isso? O projeto Ação Rua. Eu acho que quando eu cheguei aqui, eu não era muito envolvido na questão desse projeto aqui em Porto Alegre, mas existiam uns dois programas antes do Ação Rua que trabalhavam com a abordagem, fez sucesso. **Andréia Brito Gilli, Comunidade Evangélica de Porto Alegre – Cepa:** O Sobresair, o Everton era o coordenador. **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança:** Então, foi um sucesso em Porto Alegre, diminuiu muito o número de crianças de rua. Resolveu, tem três crianças só na rua. Aí acabou com o programa e encheu de criança de novo. Tem que fazer um novo programa, Ação Rua. O Ação Rua deu conta das crianças, até diminuiu bastante. Mas agora tem pouca criança, o CREAS dá conta, o Ação Rua não precisa mais. Mas tinha o Ação Rua. Aí vêm milhares de crianças novamente na rua. Então, tem a questão da prevenção. Todas as crianças ver o educador na rua, vamos botar pressão. **Maria Alice Goulart Silva da Silva, Associação Amigos da Restinga:** Eu vou dizer mais. Para além disso, com relação ao meu território, por exemplo, que é o território em que eu resido. Tem um comitê instaurado porque já se identificou que as crianças, as famílias de forma geral, e as crianças e adolescentes não estão mais no horário das 8h às 17h, que é o horário da abordagem. Eles estão frequentes na escola, estão frequentes no serviço de convivência e eles vão para os jogos da Arena, para os jogos do Beira-Rio, para todos os shows que tem na cidade, e estão à noite realizando o que era realizado nas feiras. Então, nos horários dos serviços das 8h às 17h, em sua maioria, eles estão na escola e no serviço de convivência. Não significa que erradicou, que acabou. Eles se adaptaram à realidade que tem. E aí, os educadores não têm perna porque não têm a retaguarda,

801 porque o serviço é das 8h às 17h. **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança:** Tem
802 que adequar o programa. O Ação Rua pode ser para mais tarde. **Maria Alice Goulart Silva da**
803 **Silva, Associação Amigos da Restinga:** Exatamente. Então, tem que se ver isso, estratégia.
804 **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança:** Para não terminar com o serviço de
805 abordagem, mas fazer outras estratégias dentro do mesmo projeto para não criar outro. Aí tem
806 que fazer essas estratégias de do fluxo, horários. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de**
807 **Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Feito isso, o
808 que faremos? **Tarsila Rorato Crusius, Secretaria Municipal de Educação - SMED:**
809 Acho que essa fala, desculpa, mas essa fala que vocês fizessem, acho que ela é muito importante.
810 E ela é muito importante, porque olha quantas décadas a gente tem trabalhado, enquanto política
811 pública, enquanto país, não só enquanto município, para botar essas crianças na escola. Nós
812 agora temos todo o trabalho de busca ativa para as crianças infrequentes, que são mais do que
813 a gente gostaria, mas a gente pelo menos tem elas mapeadas, sabe onde elas estão, e elas, de
814 forma geral, estão indo. E as que não estão indo, nós estamos vendo e nós estamos brigando
815 entre nós para saber quem é o dono dessa criança, vamos dizer assim, quem é o responsável lá
816 na ponta. Mas olha só a evolução que nós temos, porque está me dizendo que essas crianças
817 estão na escola ou algumas estão infrequentes, mas o problema agora é outro. Ou seja, a gente,
818 como política pública, está tendo sempre que correr atrás do prejuízo e de como a incidência da
819 política pública está transformando o comportamento. Primeiro, o objetivo era garantir que essa
820 criança fosse para a escola, e de uma certa forma, em 98%, nós conseguimos. Bom, agora, então,
821 o objetivo dessas abordagens é outro, porque também em outros horários, não é mais para a
822 questão da escola, é para outras proteções que a gente tem que estar de olho. E quanto mais, e
823 é que nem a mortalidade infantil, quanto mais cai, mais complexo é continuar caindo. Mais
824 complexo é tu continuar baixando. Então, ótimo! Que bom que nós estamos tendo que correr
825 atrás disso. Dito isso, eu acho que com esta leitura da coisa, vale a pena chamar. **Carolina**
826 **Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc**
827 **(Topogigio) – Presidente:** Todo mundo? **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria**
828 **Municipal da Fazenda – SMF:** A minha sugestão é a seguinte. Eu acho que a gente poderia
829 oficializar a secretaria da SMAS, no primeiro momento, que a assessoria de vigilância lá, se eles
830 têm esses dados mapeados por região, os 22 CRAS, os 9 CREAS, porque pertence à região do
831 AP, se eles têm isso mapeado. E aí, eu acho que dá para provocar os dois lados: "me mostram
832 os teus dados e mostram os dados que estão aqui". E depois que a gente tiver conhecimento

833 desses dados, dá para nós fazermos as nossas perguntas e daí nós vamos conversar com eles,
 834 entendeu? Mas primeiro para a gente poder pensar como é que a gente vai fazer essa
 835 intervenção, manda eles darem um prazo, em 10 dias, em 15 dias, tu tem e tu tem, então me
 836 traz. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz –**
 837 **Caimc (Topogigio) – Presidente:** Daí a gente chamaria a SMAS para falar sobre o projeto. E
 838 aí a gente chamaria o CRAS e o CREAS? **[Plenária]:** Não! **Sônia Rejane dos Santos Vieira,**
 839 **Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** Não. Aí eu acho que não tem como. Carol, tu vai
 840 mandar o e-mail lá, sei lá, para o secretário da pasta dizendo assim: "que o conselho quer da
 841 assessoria de vigilância os dados da Ação Rua, dos CRAS e dos CREAS". E daí eles têm por
 842 região, e eles têm quantitativo de crianças abordadas. Tá bom? Por idade, daí tu vê o que tu
 843 quer. E pede para as OSs que estão dizendo do outro lado que isso não que está que não confere:
 844 "então me dá os teus dados por região". E eles vão passar para nós aqui por região. E depois
 845 que nós confrontarmos esses dados, uma coisa não impede a outra de eles também nos
 846 encaminharem o tal plano novo que eles estão escrevendo. Depois de confrontar os dados, aí a
 847 gente pode dizer: "tá, mas lá na região A a SMAS está dizendo que tem isso e tu está dizendo
 848 que tem isso". Aí nós conseguimos entender quem é quem. Aí a gente pode pensar para
 849 conversar com eles. Essa é a minha. **Lucas de Campos Ribeiro, Instituto Pobres Servos da**
 850 **Divina Providência - Calábria:** Eu trabalhei 7 anos no serviço de abordagem, tá? Faz uns 2
 851 anos que eu saí. O que que, pelo menos na época, o serviço de abordagem em relação à criança
 852 e adolescente funcionava mais ou menos assim: as equipes realizam a abordagem, registram o
 853 GSUAS, que é o sistema que todo mundo que trabalha com assistência sabe da existência de.
 854 Esse GSUAS, então, ele é um sistema que as equipes têm acesso porque elas vão estar
 855 vinculadas junto com as credenciais da equipe do CREAS, que fornece, então, essa autorização
 856 para que as pessoas possam utilizar esse recurso. E cada pessoa tem um nível de acesso dentro
 857 do GSUAS. Então, por exemplo, tem registros que um educador não vai poder acessar, porque
 858 ele tem o nível dele que impede e tal. O que que acontece? A coordenação, então, de cada
 859 serviço de abordagem, ela reúne essas informações que são alimentadas no GSUAS pela sua
 860 região ali, né? Então, tem CREAS, por exemplo, que tem mais de um serviço especializado
 861 vinculado ao CREAS, ele faz esse compilado e aí ele vai fazer o RMA, que é o monitoramento,
 862 aquela coisa toda, e vai mandar esses dados, então, para a SMAS. Então, eu não sei qual que é
 863 a, eu acho que eu não estava na sala quando começou o assunto, mas eu não peguei qual que é
 864 a informação que não está batendo, uma é um dado, outra é outro dado, porque o que vale é o

865 dado, as informações que estão no GSUAS para a SMAS. O que vale é o GSUAS, o GSUAS é
866 o sistema para isso. Então, tudo e ele é muito coerente assim com as informações que são
867 alimentadas ali. Tu consegue tirar vários relatórios de várias complexidades, de vários níveis,
868 tu consegue tirar pelo GSUAS ali. Atendimento. Cada técnico social, por exemplo, de cada
869 serviço, assim como é no CREAS também, cada técnico ele tem um número mínimo de
870 acompanhamentos que ele precisa inserir. Então, tem os atendimentos e tem o acompanhamento
871 social. Os técnicos, sim, eles têm uma meta que eles têm que atingir todo mês, e essa meta, por
872 exemplo, eu trabalhei na região centro. A meta que a gente tinha de acompanhamento ela era
873 mais que o dobro, às vezes a gente tinha o triplo, ultrapassava muito sim, não sei como é que
874 era nas outras regiões, se tinha uma dificuldade para inserir pessoas em acompanhamento, e daí
875 que vem, então, essas conversas assim: "ah, mas lá aborda mais do que a outra, lá..." Tá, mas é
876 um recorte relativamente natural assim, dependendo das regiões, o que que é. O dinheiro está
877 na região centro da cidade, então é por óbvio que a concentração maior de pessoas adultas em
878 situação de rua e de trabalho infantil vai se concentrar nesse lugar, e as equipes que atuam nessas
879 regiões vão ter muito mais abordagens do que as outras. Isso é uma coisa normal. Só que a gente
880 não pode também prejudicar outras regiões por e diminuir atendimentos por causa desses dados
881 assim, porque fragiliza, né? A criança vai deixar de ser acompanhada. Os poucos que têm em
882 tal região vão ser fragilizados de alguma maneira, vão ser prejudicados. Então, eu acredito que
883 sim, as equipes de abordagem, por conhecer bem assim o serviço, uma realidade de
884 relativamente recente, elas fazem esse trabalho de acompanhar essas famílias, a identificação
885 dessas crianças, de onde que ela vem, onde que ela mora, onde que ela reside, se recebe o Bolsa
886 Família, faz esse tem cadastramento, se a família mora onde, vincula essa família, ou pelo
887 menos busca vincular essa família ao atendimento da região. Então, por exemplo, eu sou da
888 equipe centro, eu abordo aqui na sinaleira aqui uma criança que diz que reside no Partenon,
889 então eu vou fazer contato com a equipe lá do Partenon para que a equipe do território, que isso
890 é assistência social, né, é território, a equipe do território faça o acompanhamento com essa
891 família, que daí identifique se precisa de vaga no serviço de convivência, se precisa de vaga
892 para a escola, se não tem, por que não tem. Esta é a equipe responsável. A equipe responsável
893 pela criança em situação de trabalho infantil não é a equipe da abordagem daquele território, é
894 a equipe da onde ela reside. Então lá, aquela equipe que vai atender, que vai fazer esse fluxo
895 com a criança. Acha as pessoas em casa? Geralmente não. As equipes vão fazer as visitas, vão
896 fazer a busca ativa, muitas vezes as famílias não estão em casa, estão indo para a escola, estão

897 indo para o serviço, estão indo para outro lugar. Então, é muito complicado essa maneira como
 898 está posta também essa organização, né? Abordei a criança aqui no centro, ela é do Partenon,
 899 tento vincular com a equipe do Partenon, a equipe do Partenon faz a busca ativa da família, uma
 900 vez por dia, não encontra a família, a família não está, porque a família não tem que estar 24
 901 horas dentro de casa também. Tem essas estratégias de fluxo. Então, essa vinculação, essa
 902 conexão da rede como um todo é muito difícil de acontecer. Então, acho que aí sim, dentro
 903 desses parâmetros da gente fazer um reordenamento nesse sentido de como que a gente vai
 904 aprimorar o que já tem construído e de como que a gente vai fazer com que essas crianças que
 905 estão em trabalho infantil tenham um acompanhamento social, de fato, para superação dessa
 906 vulnerabilidade. Acho que essa é a chave do serviço, não culpabilizar a equipe A, B ou C porque
 907 aborda pouco, aborda muito, esse ou aquele. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de**
 908 **Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** É, isso foi
 909 uma questão foi trazido também de que tinha algumas famílias, eu esqueci o termo que eles
 910 usaram, transgeracionais. **Lucas de Campos Ribeiro, Instituto Pobres Servos da Divina**
 911 **Providência - Calábria:** Sim, esses são as situações que são transgeracionais. **Carolina**
 912 **Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc**
 913 **(Topogigio) – Presidente:** Mas deixa eu só ver se eu compreendi. Então, é a gente pegar, na
 914 verdade, solicitar os dados dos diferentes locais pra gente fazer este bater os dados? E de lá eu
 915 não sei mais dentro, ele fala então a assistência se dá pelo GSUAS e é isso que vale para a
 916 assistência, tá certo. É, o que eu falei, eu não lembro os dados, mas lá mostrava 400 crianças no
 917 trabalho infantil pelo GSUAS, e 4.000 crianças pelo CRAS, CREAS e abordagem. **Maria Alice**
 918 **Goulart Silva da Silva, Associação Amigos da Restinga:** Mas é que eles têm que ter essa
 919 planilha de Excel, essa planilha de Excel. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento**
 920 **Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Mas é estranho, porque o
 921 CRAS e o CREAS eles informam, eles informam isso. **Lucas de Campos Ribeiro, Instituto**
 922 **Pobres Servos da Divina Providência - Calábria:** Mas é que o CRAS e o CREAS não vão
 923 informar o número geral do atendimento deles, não só o da abordagem. **Carolina Aguirre da**
 924 **Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) –**
 925 **Presidente:** Ah, pois é, então é isso. Falando mal, quer dizer, falando mal. Eu entendo de que
 926 é feito, falar mais, eu entendo de que lá na ponta, onde está essas equipes de abordagem, a ideia
 927 é diminuir a equipe de abordagem. Diminuindo a equipe, eles estão, automático. Então isso
 928 também é uma briga quase, não vou dizer de classe, mas assim, é uma briga também em relação

929 a isso. Mas que esse serviço, isso eu trouxe numa das reuniões lá, para mim, sinceramente,
 930 independe quem vai fazer, se é o CRAS, CREAS, Ação Rua, tanto faz, desde que faça. Sabe?
 931 Então para mim é isso e faça bem feito. Se é para lance bem feito, se é para atualizar, atualize
 932 bem feito. **Maria Alice Goulart Silva da Silva, Associação Amigos da Restinga:** Como uma
 933 das falas do fórum, desculpa, foi justamente de que a equipe que vai ficar vai ter como
 934 prioridade as questões adultas. Por quê? Porque o adulto é quem incomoda. Quem está na minha
 935 porta que me incomoda. A criança pedindo eu fico romantizando. Eu romantizo a criança que
 936 está lá batalhando para conseguir o seu tênis no final do mês. O adulto pedindo me incomoda.
 937 Então, isso eu que estou na abordagem há mais tempo, eu lembro nos plantões no final de
 938 semana, quando ligavam para fazer solicitação de abordagem: natal, gente, que a gente sabia
 939 que estava todo mundo na rua, era só o adulto que está aqui na minha marquise me
 940 incomodando. Essa era a solicitação da abordagem, não a criança que estava no sinaleiro ali.
 941 Então, ali não me incomodava, mas o adulto que está aqui na minha marquise me incomoda. E
 942 aí, a intenção, eu lembro dessa fala no fórum, é que a equipe que vai ficar é para ser exclusiva
 943 para a situação adulta. **Lucas de Campos Ribeiro, Instituto Pobres Servos da Divina**
 944 **Providência - Calábria:** E quem vai monitorar essas situações de trabalho infantil? Porque as
 945 equipes de abordagem elas identificam, muitas vezes elas tentam abordar, as crianças fogem,
 946 tem uma série de situações assim que se começar a contar aqui os casos, sabe, é impressionante,
 947 porque é a dinâmica do serviço. Mas as equipes conseguem identificar essas situações de
 948 trabalho infantil e conseguem, de alguma maneira, movimentar para que isso seja suavizado,
 949 extinto, ou acabar, enfim, que também tem essas ideias da extinção do trabalho infantil, tudo
 950 isso. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz –**
 951 **Caimc (Topogigio) – Presidente:** Assim, pensando em todas as questões, eu acho que sim, que
 952 é interessante. Pelo que eu vi assim, a gente já tem uma noção do que é o fluxo, vamos dizer
 953 assim. Eu acho que a gente poderia já ouvir a secretaria para a gente poder tentar encaminhar.
 954 Pode ser? Porque eu acho que vai ser mais tranquilo assim a gente poder tentar. Vamos chamar
 955 a SMAS para conversar um pouquinho. Outra questão também, tá? Fui procurada pela
 956 Instituição Caldeira, que tem um projeto de captação. Se eu me recordo, eles não tinham um
 957 ano ainda de registro aqui, e eles apresentaram uma carta de captação, para poderem ter uma
 958 noção de como que era esse plano, não sei o quê. Pelo que eu entendi da mensagem deles, eles
 959 falaram que receberam com algum apontamento. Eles mandaram alguma coisa para eles? **Lucas**
 960 **de Campos Ribeiro, Instituto Pobres Servos da Divina Providência - Calábria:**

961 A políticas mandou. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do**
 962 **Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Mandaram? Ah, tá. Eles responderam?
 963 **Rosana Fernandes Nunes, Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Porto Alegre,**
 964 **APAE/Porto Alegre:** Eles reenviaram o projeto com os ajustes. E o parecer já foi feito, tá com
 965 a comissão. Foi feito hoje. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do**
 966 **Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Não, mas para esclarecer, eles não têm
 967 um ano. Assim, eles encaminharam, falaram, belo café. Aí eles, a gente conversou mais, eles
 968 falaram assim: "a gente pode apresentar um", ah, vi o João. O João foi embora, vamos falar mal
 969 dele. E aí a gente: "pode apresentar um projeto já?" Eu disse assim: "olha, de acordo com a
 970 resolução 150, a partir de um ano, mas vocês podem apresentar o projeto se vocês querem
 971 apresentar, pode, não vai ser aprovado, mas pode". Eu disse assim: "ó, vamos ser bem sinceros
 972 assim, a gente tem uma resolução de um ano, né? Eles podem tramitar aqui dentro? Podem".
 973 [Falas concomitantes]. É, vocês têm que olhar, daí o atestado da instituição para poder fazer a
 974 análise dele. Tem um ano, não tem um ano? Então, enquanto isso, se a instituição tiver um ano,
 975 o projeto, o processo tramita normalmente, tá? Se a instituição não tiver um ano, ela não vai ter
 976 a carta de captação por causa da Resolução 150. Mas ela pode ter as suas análises normalmente
 977 como uma análise, sabe, que ela quer saber se ela sabe fazer, se essa linha é tomar, tá? E aí
 978 também outra instituição que entrou em contato comigo foi a Shacur. **Rosana Fernandes**
 979 **Nunes, Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Porto Alegre, APAE/Porto**
 980 **Alegre:** Só um pouquinho, vou ver. É a 142/2025, 06/11, plenária 29 de outubro. Já tem um
 981 ano. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz –**
 982 **Caimc (Topogigio) – Presidente:** Primeiro registro ali, Resolução 415. **Rosana Fernandes**
 983 **Nunes, Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Porto Alegre, APAE/Porto**
 984 **Alegre:** Carol, mas eu não entendi por que eles fizeram contato. **Carolina Aguirre da Silva,**
 985 **Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:**
 986 Porque eles estão com pressa, porque desde novembro do ano passado eles sabem que vão
 987 precisar do documento de cadastro. **Rosana Fernandes Nunes, Associação de Pais e Amigos**
 988 **dos Excepcionais de Porto Alegre, APAE/Porto Alegre:** E eles estão prontinhos para o
 989 conselho, por isso que eles queriam o registro. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de**
 990 **Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Shacur,
 991 Paulinho? **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança:** Olhei hoje, ela mudou de
 992 endereço em 2025. Essa eu acho que é aquela das crianças. **Carolina Aguirre da Silva, Centro**

993 **de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:**
994 Eu acho que é na zona sul, né? Na zona norte. Então, eu olho depois e trago no sábado, tá? Mais
995 alguma coisa, gente? Cadê os nossos estudantes? Foram embora. Deixaram a gente por conta,
996 é isso? Os estudantes foram embora, vamos fechar. Deixa eu só assinar os papéis aqui.

997 Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião da Plenária do Conselho Municipal dos Direitos
998 da Criança e do Adolescente, às 16h30min, da qual foi lavrada a presente ata por mim, Patrícia Costa, sob
999 o Registro nº 225257/2003 – FEPLAM, prevalecendo o princípio da presunção de veracidade.